



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL
COMITÊ GESTOR DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ GESTOR DA SEGURANÇA DA
INFORMAÇÃO-2023

Aos dezoito dias do mês de outubro do ano em curso, foi realizada a Segunda Reunião Ordinária do Comitê Gestor da Segurança da Informação (CGSI), de forma presencial, no Auditório da Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial, Via N2, Brasília - DF, CEP 70150-900, fundos do Palácio do Planalto, com início às quinze horas. Anunciada a chegada do Sr. Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR), General Marcos Antonio Amaro dos Santos, acompanhado do Sr. Secretário-Executivo do GSI/PR, General Ivan de Sousa Corrêa Filho, Coordenador do CGSI, e do Sr. Secretário de Segurança da Informação e Cibernética, Sr. Luiz Fernando Moraes da Silva, Secretário-Executivo do CGSI.


O Sr. Ministro do GSI/PR, General Amaro, proferiu as palavras de abertura, agradeceu a todos por reservarem um espaço em suas agendas para participar desse evento. Destacou que no contexto da cibernética, a proposta é de criar uma Política Nacional e de uma Agência Nacional de Cibersegurança. Destacou a realização do 3º Webinar de Segurança da Informação no dia 7 de novembro e do Seminário sobre o mesmo assunto no dia 8 de novembro, porém, com os Estados e o Distrito Federal. Os eventos terão uma finalidade de nivelamento e articulação em nível nacional na área de segurança da Informação e Cibernética. Destacou a implementação da nova estrutura do GSI que manteve a SSIC, embora passou a contar com dois departamentos, sendo estes o da Segurança da Informação e o da Segurança Cibernética. Agradeceu a todos pelo interesse, pelo trabalho colaborativo e pelos esforços em prol da segurança da informação e de um espaço cibernético mais seguro e resiliente para toda a sociedade. Não houve deliberações.

O Sr. Luiz Fernando, Secretário-Executivo do Comitê Gestor de Segurança da Informação, agradeceu a presença de todos e ressaltou a realização exitosa no mês de junho, do Seminário LAC4 sobre governança da segurança da informação, cuja interação foi muito elogiada pelos instrutores europeus. Destacou a avaliação da maturidade cibernética que é muito importante para a modernização de nossas estratégias. Declarou aberta a Reunião e procedeu à leitura completa da pauta a) Andamento do Decreto da Política Nacional de Segurança Cibernética (PNCiber) e do Projeto de Lei da Agência Nacional de Cibersegurança (ANCiber); b) Andamento dos trabalhos de revisão Estratégia Nacional de Segurança Cibernética (E-Ciber); c) Apresentação das iminentes alterações na Política Federal de Segurança da Informação (PFSI) – hoje denominada Política Nacional de Segurança da Informação (PNSI); d) Desafios encontrados pelo Núcleo de Segurança e Credenciamento (NSC) na implantação dos Postos de Controle no Poder Executivo Federal; e em seguida, apresentou o item 'a', sobre o andamento da proposta para o estabelecimento de uma Política Nacional de Cibersegurança (PNCiber) e criação da Agência Nacional de Cibersegurança (ANCiber). Destacou pontos focais em

nível mundial relacionados à economia e população, ciber ataque e cibersegurança. Evidenciou que há uma disparidade de forças entre esses pontos. Citou que o tripé formado pelo controle, cooperação e regulação serão a base de atividades da Agência Nacional de Cibersegurança. Destacou que há urgência e relevância do processo pela ausência de um ente que o faça, com uma maior imposição de padrões e de investimentos. O gabinete vem se encontrando com órgãos do setor público como da sociedade civil e acadêmico em prol da necessidade desses projetos. Explicou que para fins de potencializar o processo, foi sugerido a separação do Projeto de Lei, sendo um decreto para a Política e de um Projeto de Lei. Finalizando, evidenciou como funcionariam os comitês e os grupos temáticos da agência dentro da PNCiber. Não houve deliberações.

A seguir, o Dr. Victor Hugo da Silva Rosa (Coordenador-Geral de Gestão de Segurança da Informação - CGGSI) passou a apresentar o item 'b' da pauta, sobre o andamento dos trabalhos de revisão da Estratégia Nacional de Segurança Cibernética (E-Ciber). Destacou as principais atividades previstas no cronograma de revisão da E-Ciber que envolve, entre outras, a parceria com o BID e com a Universidade de Oxford via Embaixada do Reino Unido. Destacou que os estudos e os pareceres apresentarão a evolução da E-Ciber, por meio do diagnóstico de maturidade realizado no corrente ano. Tem-se a previsão de tomada de subsídios no período de 16 novembro a 18 de dezembro de 2023; da análise das contribuições até fevereiro de 2024; de submissão da minuta da E-ciber 2025-2027 à consulta pública no período de 03 de junho a 02 de julho de 2024; e publicação até dezembro de 2024. Não houve deliberações.

O item 'c' da pauta, foi apresentado pelo Major Renato Barreto dos Santos (Assessor Técnico Militar da CGGSI) sobre as iminentes alterações na Política Federal de Segurança da Informação (PFSI). Destacou inicialmente que a Política Nacional de Segurança da Informação será substituída pela Política Federal de Segurança da Informação para ficar alinhada com a Política Nacional de Cibersegurança. Evidenciou as principais alterações nos princípios, objetivos e competências para a administração pública federal. O Sr. JORGE EDUARDO VIEIRA, representante da ANS, questionou se a aprovação do processo de gestão de mudanças deve ser sempre aprovado pela alta administração; respondeu-se que só nos casos de maior impacto que venham a afetar a pasta ou alguma informação crítica do órgão; ressaltou que instruções específicas estão descritas na Instrução Normativa GSI/PR nº 03. O Sr EDUARDO LIMA M DE MELO, representante do Ministério da Fazenda, perguntou sobre aglutinação ou colaboração de ETIRs de órgãos que possuem pequenas equipes de TI pequenas; respondeu-se que está em elaboração uma Instrução Normativa sobre criação e gestão de equipes de prevenção, tratamento e resposta a incidentes cibernéticos (ETIR) e está sendo avaliada junto a SGD/MGISP a possibilidade de aglomeração de equipes em órgãos menores. O Sr. CLEITON ARAÚJO DE OLIVEIRA, representante do Ministério dos Direitos Humanos, perguntou sobre a privacidade de dados nos casos de incidente e a possibilidade inclusão de competências do encarregado de dados de forma colaborativa dentro da ETIR; respondeu-se que foram criadas competências específicas para o encarregado de dados e para o gestor de segurança da informação, papéis regidos por diferentes legislações, no entanto o encarregado de dados tem que ter um bom relacionamento com o gestor de segurança da informação, para garantir a privacidade de dados pessoais por meio da proteção dos ativos de informação. Perguntou-se também sobre a disponibilização de pessoal

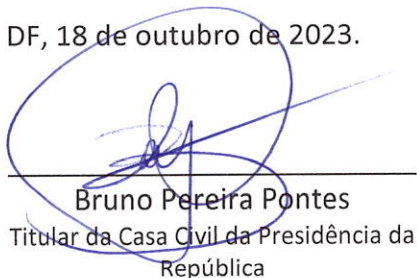


especializado e exclusivo para trabalhar nas ETIR dentro dos órgãos; respondeu-se que o ideal é que isso aconteça e que o órgão central do SISP tem realizado iniciativas para entregar uma solução eficaz para suprir essa demanda. Não houve deliberações.

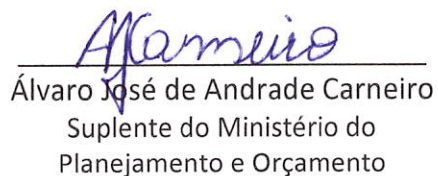
Por fim, o item 'd' da pauta, foi apresentado pelo Major Leonardo Nicola Veloso, do Núcleo de Segurança e Credenciamento (NSC), que mostrou os desafios encontrados na implantação dos Postos de Controle nos órgãos do Poder Executivo federal. A apresentação teve início com uma breve ambientação sobre a temática do Credenciamento de Segurança para tratamento da Informação Classificada. Na sequência, foram abordadas questões relacionadas ao tratamento da Informação Classificada, momento no qual foram destacadas a finalidade e as características dos Postos de Controle, o que permitiu apresentar, de forma contextualizada, os principais desafios para sua implantação; a saber: desafios que versam sobre questões orçamentárias, sobre dificuldade de se encontrar espaço físico disponível em área com restrição de acesso e sobre escassez de recursos humanos qualificados para trabalhar na área. Concluiu que o Núcleo de Segurança e Credenciamento do GSI/PR estuda propostas de modernização da estrutura de Credenciamento de Segurança brasileira, estabelecida pelo Decreto nº 7.845/2012, a fim de mitigar dificuldades para sua operacionalização. O Sr EDUARDO DE ASSUMPÇÃO PEREIRA, representante da Agência Nacional de Saúde (ANS), perguntou como a ANS pode habilitar entidades privadas com as quais tem relação para o tratamento de informação classificada. Foi respondido que, segundo os normativos em vigor, não é permitido que o Órgão de Registro Nível 2 (ORN2), habilitação que a ANS receberia caso participasse da estrutura de Credenciamento de Segurança, não tem competência para habilitar entidade privada, pois essa atividade só poderia ser realizada por Órgão de Registro Nível 1 (ORN1). A seguir, enfatizou-se que o Ministério da Saúde, caso já fosse habilitado como ORN1, teria essa competência, bem como que haveria a necessidade do envolvimento da alta administração do órgão para início de seu processo de habilitação. Por fim, afirmou-se que NSC está estudando propostas para a solução deste tipo de situação. Perguntou também sobre informações críticas que são vazadas no momento da publicação de um documento de contratação de serviços de segurança da informação. Foi respondido que o trato desse tipo de situação seria de competência da Coordenação Geral de Gestão de Segurança da Informação (CGGSI). Que é necessário haver um instrumento jurídico para salvaguardar informações de sigilo de Estado. Não houve deliberações.

O Secretário-Executivo do Comitê Gestor de Segurança da Informação nas observações finais, agradeceu a presença de todos que compareceram de forma presencial e por videoconferência. Declarou encerrada a 2ª Reunião Ordinária do Comitê Gestor de Segurança da Informação de 2023.

Brasília, DF, 18 de outubro de 2023.



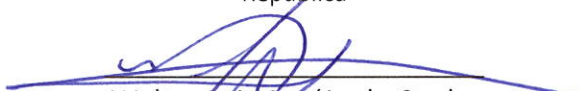
Bruno Pereira Pontes
Titular da Casa Civil da Presidência da
República



Álvaro José de Andrade Carneiro
Suplente do Ministério do
Planejamento e Orçamento






Willian Ribeiro da Silva
Suplente da Casa Civil da Presidência da
República



Walter Luis Araújo da Cunha
Suplente do Ministério da Justiça e
Segurança Pública

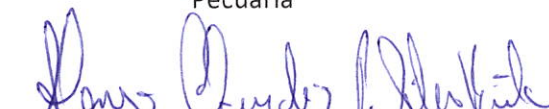

Willian Henrique da Silva Gomes
Titular do Ministério da Defesa



Vitória Régia Coelho Costa
Suplente do Ministério da Defesa


Edward Lima Marialves de Melo
Suplente do Ministério da Fazenda



Rodrigo Borges Marquez
Suplente do Ministério dos Transportes


Alexandre Bueno Chaves
Titular do Ministério da Agricultura e
Pecuária


Alonso Cláudio Pereira da Silva Brito
Titular do Ministério da Educação

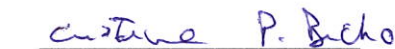

Wanderley Welder de Souza
Suplente do Ministério da Educação

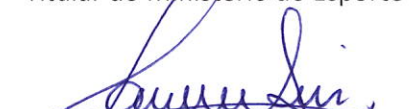

Jaime/Helena Correa de Lisboa
Titular do Ministério da Cultura


Ramon Leon Victor Medeiros
Suplente do Ministério da Cultura


Helder Mota Gomes
Suplente do Ministério das
Comunicações



Renato Spindola Fidelis
Titular do Ministério do Meio Ambiente e
Mudança Climática

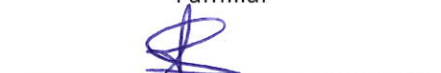

Cristina Prando Bicho
Titular do Ministério do Esporte



Leidiane Rodrigues Pires
Suplente do Ministério do Esporte

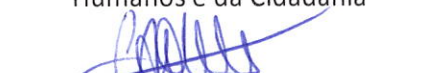

Douglas Pereira Lucas
Suplente do Ministério do Esporte

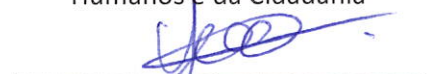

Mário Rudá Pontes de Andrade
Titular do Ministério do Turismo


Bruno Braz dos Santos Queiroz
Titular do Ministério do
Desenvolvimento Agrário e Agricultura
Familiar


Fernando de Brito e Silva
Titular do Min. do Desenvolvimento
Agrário e Agricultura Familiar


Ilbert Israel da Silva
Suplente do Ministério dos Direitos
Humanos e da Cidadania


Cleiton Araújo de Oliveira
Suplente do Ministério dos Direitos
Humanos e da Cidadania



Vilson da Silva dos Santos Junior
Titular do Ministério dos Povos
Indígenas



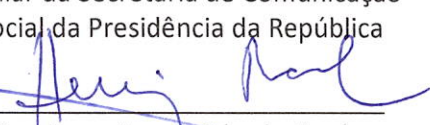

Thiago de Aquino Lima
Suplente do Ministério do Trabalho e
Emprego

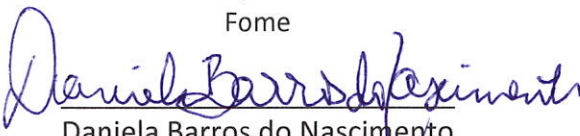

Thaís Brito Faria Maciel
Titular da Secretaria de Relações
Institucionais da Presidência da
República


Patrick Barcellos Peixe
Titular do Ministério da Previdência Social

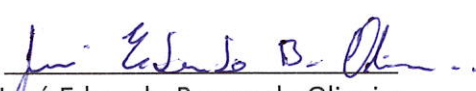

Carlos Márcio Chaves
Titular da Secretaria de Comunicação
Social da Presidência da República

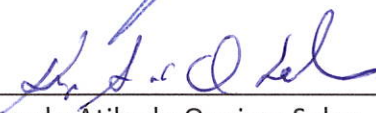

Avelino Medeiros da Silva Filho
Titular do Ministério do Desenvolvimento
e Assistência Social, Família e Combate à
Fome


Henrique Aparecido da Rocha
Titular da Controladoria-Geral da União

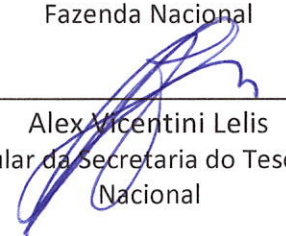

Daniela Barros do Nascimento
Titular do Ministério da Saúde


Caio Moreira Fernandes
Suplente do Banco Central do Brasil

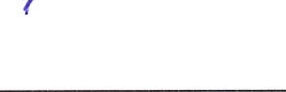

José Eduardo Bueno de Oliveira
Suplente do Ministério da Saúde

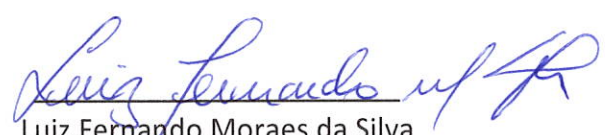

Ricardo Átila de Queiroz Sales
Suplente da Procuradoria-Geral da
Fazenda Nacional


Goudim Alvarenga Carneiro
Titular do Ministério do
Desenvolvimento, Indústria, Comércio e
Serviços

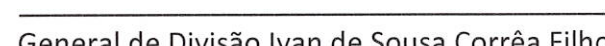

Alex Vicentini Leis
Titular da Secretaria do Tesouro
Nacional


Waldeck Pinto de Araújo Júnior
Suplente do Ministério do Planejamento e
Orçamento


Sérgio Roberto Fuchs da Silva
Secretaria Especial da Receita Federal


Luiz Fernando Moraes da Silva
Secretário Executivo do Comitê Gestor de Segurança da Informação

Aprovo:


General de Divisão Ivan de Sousa Corrêa Filho
Secretário-Executivo do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e
Coordenador do Comitê Gestor de Segurança da Informação